

---

# O PARADIGMA DA NUCLEARIZAÇÃO FRENTE À ESTABILIDADE REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE COREIA DO NORTE E IRÃ SOB A LUZ DA DISSUAÇÃO

---

Jaíne Garcia de Souza<sup>1</sup>

Marianna de Oliveira Rodrigues<sup>2</sup>

Pedro Henrique Silva de Oliveira<sup>3</sup>

## Resumo

A partir das ideias defendidas por Kenneth Waltz (2012) em seu artigo “*Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability*”, no qual analisa a busca israelita pela manutenção do *status* potência nuclear e seus impactos para a estabilidade regional. Em seu texto, o autor defende que nenhuma solução para a crise no Oriente Médio seria viável sem a restauração da balança de poder militar, e com base nisso afirma categoricamente que o Irã deve desenvolver uma bomba nuclear. A arguição de Waltz sobre o caráter dissuasório de armamentos nucleares encontra ressonância ao se analisar a postura adotada pela Coreia do Norte em relação ao seu arsenal atômico. Pyongyang tem mantido uma conduta bastante pragmática no que tange às pressões e sanções econômicas lançadas por potências nucleares maiores como EUA e Reino Unido, não deixando de lado seu programa nuclear como fizeram Iraque, Líbia e Síria, por exemplo. Assim, norteando-se pelo êxito do comportamento norte-coreano, este artigo objetiva investigar o que este modelo de desenvolvimento nuclear, pautado na premissa da dissuasão, pode levar ao paradigma nuclear iraniano. Para isto, por meio de uma revisão bibliográfica de fontes secundárias, far-se-á uma análise comparativa entre as duas potências regionais. A busca por similaridades e diferenças será conduzida através de eixos que contemplem as condições, conjunturas, cenários e implicações, tanto para o Irã, quanto para a Coreia do Norte e seus respectivos entornos regionais. Visa-se assim identificar a possibilidade do surgimento de um novo padrão de comportamento entre potências nucleares emergentes – passível de alterar não somente a balança estratégica internacional, como também as dinâmicas da segurança regional e internacional –, trabalhando com a hipótese de que a nuclearização do Estado iraniano traria um novo cenário de estabilidade regional para o Oriente Médio.

**Palavras-Chave:** Dissuasão Nuclear; Irã; Coreia do Norte; Segurança Internacional.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS). Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Monitora de Pesquisa Acadêmica no Laboratório de Estudos em Defesa e Segurança (LEDS-UniRitter). Pesquisadora associada ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), e ao Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica de Integração Regional (NEEGI-UNILA). **Contato:** jaíne.gsouza95@gmail.com. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6625-2313>

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS). Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Monitora de Pesquisa Acadêmica no Laboratório de Estudos em Defesa e Segurança (LEDS-UniRitter). Pesquisadora associada ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e ao Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica de Integração Regional (NEEGI-UNILA). **Contato:** marianna.oliveira08@gmail.com. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4282-410X>

<sup>3</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol - UFPel). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa em Política Internacional e Gestão Oceânica, Estudos Marítimos e Ciências do Mar, Configurações e tensionamento das dinâmicas do crime e das ações coletivas no Brasil contemporâneas. **Contato:** pedrohsdeoliveira27@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9179-1842>

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2012 foi particularmente marcado por tensões no Oriente Médio, em decorrência dos testes nucleares realizados pelo Irã. Preocupações com a possível escalada nuclear motivaram ações de diversos atores como Israel, União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA). Destaca-se o artigo publicado pelo autor neorrealista Kenneth Waltz intitulado “*Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability*”, defendendo categoricamente o argumento que a redução da instabilidade regional do Oriente Médio só seria atingida quando o Irã adquirisse a bomba atômica. O autor encontra na condição israelita – como monopólio regional de armamentos nucleares – o motivo principal para a estabilidade regional, dado que em “nenhuma outra região do mundo existe um estado nuclear solitário e não controlado” (WALTZ, 2012, p. 3, tradução nossa).

O exemplo da Coreia do Norte (DPRK) é de particular relevância para a realização de quaisquer leituras sobre o possível cenário de um Irã nuclear. Pyongyang tem mantido uma conduta pragmática quanto às pressões e sanções econômicas lançadas por potências nucleares maiores como EUA e Reino Unido, não deixando de lado seu programa nuclear como fizeram Iraque, Líbia e Síria. Este comportamento resulta em ganhos objetivos para o país, como o início de conversas sobre a possível reaproximação com a Coreia do Sul (ROK), e o primeiro encontro de um líder norte-coreano com o presidente dos EUA (no Encontro de Cingapura em 2016).

É derivado do êxito do norte-coreano que apresentamos a hipótese a ser trabalhada neste artigo: a nuclearização do Irã resultaria em um novo cenário de estabilidade regional para o Oriente Médio. A presente pesquisa se alicerça na premissa da dissuasão nuclear, objetivando explorar o que o modelo norte-coreano pode levar ao paradigma nuclear iraniano. Para tal, divide-se a exploração em três seções: primeiramente, busca-se realizar uma introdução sobre a discussão em torno do conceito de dissuasão nuclear. Apresentar-se-á as maneiras que o conceito fora empregado durante a Guerra Fria, e sua reformulação frente às complexidades do Sistema Internacional (SI) moderno. Logo, por meio de uma revisão bibliográfica de fontes secundárias, far-se-á uma análise comparativa entre as duas potências nucleares regionais. Será conduzida a busca por similaridades e diferenças a partir de condições, conjunturas, cenários e implicações, tanto para o Irã, quanto para a DPRK e seus respectivos entornos regionais.

Por fim, será introduzida a discussão sobre a variável interveniente “armamento nuclear” enquanto responsável pela emergência de um novo padrão de comportamento – passível de alterar não somente as dinâmicas regionais de segurança, como também a balança estratégica internacional.

Faz-se o uso do método indutivo-dedutivo para discutir os possíveis efeitos de tal variável para o surgimento de um novo cenário de estabilidade regional no Oriente Médio.

## 2. A DISSUASÃO NUCLEAR - DA GUERRA FRIA A DISSUASÃO COMPLEXA

Para iniciar a discussão faz-se necessária uma introdução a respeito da produção acadêmica sobre o conceito de dissuasão nuclear. Inicialmente, aponta-se a profundidade do debate existente no campo das Relações Internacionais (RI) para conceituar “dissuasão”. Questões relativas à abrangência do termo, e à diferença entre “dissuasão” e “defesa” são apenas algumas das muitas que permeiam o debate. Nota-se que a discussão aprofundada quanto ao tema fugiria do escopo delineado pelo presente estudo (KNOPF, 2009; WALTZ, 1990).

Neste sentido, opta-se por seguir as orientações de Knopf (2009) adotando a definição mais ampla do conceito de dissuasão, entendida como “uma forma de influência preventiva que se apoia principalmente em incentivos negativos” (KNOPF, 2009, p. 37, tradução nossa). O uso de tal conceituação permite uma leitura mais flexível da Teoria da Dissuasão, bem como, o emprego de seus conceitos para estudar objetos tradicionalmente não abarcados pela literatura especializada, tais como *rogue states*<sup>4</sup> e países que recém adquiriram a bomba atômica.

Diferentemente de uma estratégia de defesa, a dissuasão não objetiva afastar um invasor, mas tornar quaisquer atos de agressão custosos demais mesmo na condição de vitória. Assim, seria mais correto categorizar a dissuasão como uma forma de *influência*, atuando diretamente nos cálculos de custo-benefício realizados<sup>5</sup> pelos atores envolvidos nos processos de tomada de decisão (KNOPF, 2009; WALTZ, 1990). Assim, o efeito da dissuasão é mais psicológico do que físico<sup>6</sup>, usando de estímulos negativos caso certas ações sejam tomadas, como coloca Waltz: “[a dissuasão] depende do que se *pode* fazer, não do que se *fará*” (WALTZ, 1990, p. 733, grifo no original, tradução nossa).

---

<sup>4</sup>Como uma categoria que não fora socialmente construída mas politicamente, existe uma certa dificuldade de precisar conceitualmente o que é um *rogue state*. Trata-se de um rótulo que é empregado tanto pelos Estados Unidos para se referir a regimes que ameaçam sua existência, quanto pela literatura especializada para designar estados com características objetivas. Assim, o campo acadêmico trata tal conceito como uma categoria ampla, identificando quatro dimensões para categorizar um *rogue state*: “a imprevisibilidade, a violação das leis e normas internacionais, a hostilidade aos interesses americanos e a opressão doméstica” (JARVIS, 2009, p. 142, tradução nossa).

<sup>5</sup>Ao fazer uso dessa categoria, a Teoria da Dissuasão parte de uma premissa sobre a existência de uma racionalidade instrumental por parte dos atores envolvidos, pressupondo que suas ações são ditadas por um cálculo de custo benefício.

<sup>6</sup>Knopf (2009), ao apresentar essa distinção se refere a clássica distinção elaborada por Thomas Schelling sobre força bruta e coerção. Onde estratégias de força bruta, buscam eliminar a possibilidade de escolha do adversário por meio do uso da dominação física. A dissuasão, no entanto, mantém a habilidade do outro escolher, mas busca coagir o adversário a tomar uma certa decisão por meio de ameaças.

Kenneth Waltz (1990) aponta que, ainda que as táticas de dissuasão antedatem a existência de armamentos nucleares, seu uso em um mundo não-nuclear era problemático. Essas táticas nunca eram empregadas de maneira “pura”, mas sempre em consonância com estratégias de defesa. Para ilustrar seu ponto, o autor traz o exemplo do argumento do primeiro ministro Inglês de 1930, Stanley Baldwin, sobre aviões bombardeiros. Segundo o premier britânico, um bombardeiro sempre iria passar despercebido pelas defesas e atingir seu alvo, portanto a própria existência de bombardeiros seria suficiente para dissuadir confrontos. Tal exemplo viria a ser falseado pela empiria com o começo da Segunda Guerra Mundial.

Foi com o advento das armas nucleares e com o início da Guerra Fria que a dissuasão passaria a assumir destaque como uma teoria *per se*, dado que:

As armas nucleares *purificam estratégias de dissuasão*, removendo elementos de defesa e combate. *Ogivas nucleares eliminam a necessidade de lutar e eliminam a possibilidade de defesa*, porque apenas um pequeno número de ogivas precisa atingir seus alvos (WALTZ, 1990, p. 732, tradução e grifo nosso).

Esta “pureza” da dissuasão faz com que os defensores da teoria encontrem na Guerra Fria o exemplo ideal sobre o êxito de sua formulação teórica. A Guerra Fria demonstrou as consequências estratégicas de uma disputa hegemônica protagonizada por dois atores com capacidades plenas de executar um *second strike* nuclear. Diferentemente da era pré-nuclear, onde as grandes potências travaram intensas guerras por seus interesses estratégicos, a Guerra Fria fora marcada pelo não engajamento militar direto entre as superpotências mundiais que a protagonizaram (KREPON, 2003; PAUL, 2009; WALTZ, 1990). No centro disso, encontrava-se a Teoria da Dissuasão Nuclear, que passou a ser considerada como “principal quadro teórico e político durante a Guerra Fria” (PAUL, 2009, p. 1, tradução nossa).

Desde que assumiu seu lugar como base das doutrinas nucleares na década de 1950, a Teoria da Dissuasão sempre refletiu o contexto internacional de sua época. Originalmente formulada com base na “retaliação massiva”, evoluiu a partir do o governo de Eisenhower e do crescimento nuclear da União Soviética (URSS), assumindo a forma do *Mutually Assured Destruction (MAD)*. Seus paradigmas nortearam grande parte das políticas adotadas no mundo bipolar, portanto, mais do que uma teoria, a dissuasão é “uma tática, uma estratégia de segurança nacional, uma abordagem mais ampla da política de defesa” (PAUL, 2009, p. 5, tradução nossa).

Tradicionalmente, a Teoria da Dissuasão repousa sobre três premissas: “i) para que a dissuasão seja bem-sucedida, um dissuasor deve ter capacidade suficiente; ii) sua ameaça deve ser credível; e iii) deve ser capaz de comunicar a ameaça ao seu oponente” (PAUL, 2009, p. 2, tradução

nossa). Se na guerra é “imperativa a necessidade de não dar o primeiro passo sem considerar o último” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 228, tradução nossa), a nebulosidade resultante da *MAD* era suficiente para intensificar o impasse entre os EUA e a URSS. Como resultado, ambos conseguiram evitar um confronto nuclear, disputando vantagens de diversas maneiras, incluindo Guerras de *Proxy*, mas sem conflito direto. Os teóricos das RI denominam tal situação como *paradoxo da estabilidade-instabilidade*. Segundo Krepon (2003):

A garantia de capacidades de um *second strike* induziriam a uma cautela especial, fornecendo a base para prevenção de guerra e controle de escalada. Os dissuasores nucleares canalizaram a competição das superpotências para atividades "mais seguras", cujo objetivo seria impor penalidades a um adversário sem induzir ao conflito direto (KREPON, 2003, p. 1, tradução nossa).

Contudo, a queda da URSS e o subsequente fim da Guerra Fria marcou o início de um forte questionamento à Teoria da Dissuasão. Autores como Keith Payne<sup>7</sup> (2003) apresentaram ceticismo sobre as potencialidades analíticas da Teoria da Dissuasão durante a era das novas ameaças securitárias. Questionava-se suas premissas frente aos comportamentos dos novos atores do cenário internacional, principalmente daquelas nações que recém nuclearizadas e dos chamados *rogue states* (PAYNE, 2003).

A Guerra de Cargil (1999) entre Índia e Paquistão é considerada emblemática frente às dificuldades encontradas pela Teoria da Dissuasão no século XXI, onde ambos os participantes disputaram conflito armado, apesar de serem potências nucleares plenamente capazes de realizar um *second strike*. Defensores da Teoria da Dissuasão pontuam que o temor de uma guerra nuclear seria impeditivo para o escalonamento das tensões regionais ao ponto de um conflito armado (ainda se enquadrando dentro do paradoxo da instabilidade-estabilidade). Contudo, a emergência de uma intensa crise militar entre potências atômicas demonstra que apenas a posse da bomba não é o bastante para prevenir uma crise (KREPON, 2003; PAUL, 2009).

Eventos como este expuseram que a velha racionalidade da Guerra Fria não era mais aplicável ao SI moderno. Todavia, tal entendimento não significava que a Teoria da Dissuasão não tivesse mais poder explicativo, apenas que seria necessário atualizá-la com os tempos, dando origem ao conceito de “Dissuasão Complexa”. Diferentemente de sua vertente clássica, os teóricos da Dissuasão

---

<sup>7</sup> Payne (2003) é particularmente crítico quanto a dependência da Teoria da Dissuasão da chamada “racionalidade instrumental” e traz em seu artigo “*The Fallacies of Cold War Deterrence and a New Direction*” uma gama de exemplos históricos onde tal racionalidade não fora aplicada.

Complexa compreendem a miríade de relações possíveis e apresentam cinco tipos ideais de relações dissuasórias para nortear suas análises, sendo:

1. Dissuasão entre grandes potências,
2. Dissuasão entre novos estados nucleares,
3. Dissuasão e dissuasão estendida envolvendo grandes potências nucleares e potências regionais armadas com armas químicas, biológicas e nucleares,
4. Dissuasão entre estados nucleares e atores não estatais,
5. Dissuasão por atores coletivos (PAUL, 2009, p. 9, tradução nossa).

Devido ao objeto de análise das próximas seções, destaca-se como pertinente ao presente estudo as categorias “Dissuasão entre novos Estados nucleares” e “Dissuasão e dissuasão estendida envolvendo grandes potências nucleares e potências regionais armadas com armas químicas, biológicas e nucleares”. A dissuasão entre novos Estados nucleares assumiu maior proeminência no século XXI, e a literatura especializada encontra na Índia e no Paquistão um modelo a partir do qual preconiza a possibilidade de uma relação entre Irã-Israel e Japão-Coréia do Norte.

Os autores que buscam compreender tal situação dividem-se em dois campos: os “pessimistas” que apontam como esta categoria desafia os três preceitos básicos da dissuasão, e os “otimistas”, que notam que apesar disso o exemplo tradicional é marcado pela não escalada de conflitos. No geral, devido a carência de mais casos, esta categoria configura-se como uma grande lacuna dentro dos estudiosos da dissuasão (KREPON, 2003; PAUL, 2009)<sup>8</sup>.

Por fim, a dissuasão e dissuasão estendida envolvendo grandes potências nucleares e potências regionais armadas com armas químicas, biológicas e nucleares é uma categoria que não levantou muitos questionamentos durante a Guerra Fria, mas é digna de ser observada, encontrando na relação Israel-Mundo Árabe seu maior exemplo. Nota-se que a condição de Israel de potência nuclear não resultou no fim dos conflitos com o mundo árabe, o que aponta para duas conclusões: (i) as armas de destruição em massa não nucleares podem agir como dissuasor de conflitos nucleares; (ii) é inteiramente possível que um Estado mais fraco militarmente tenha êxito em dissuadir um com maior força militar.

### **3. O DESAFIO DA SEGUNDA ERA NUCLEAR: OS CASOS DA COREIA DO NORTE E DO IRÃ**

---

<sup>8</sup> Para uma leitura mais aprofundada, recomenda-se Krepon (2003).

### 3.1. COREIA DO NORTE E OS DESAFIOS REGIONAIS PARA O LESTE ASIÁTICO

#### 3.1.1. Breve histórico das ambições nucleares norte-coreanas

Desde que fora fundada em 1948, a política defensiva adotada pela República Popular Democrática da Coreia (DPRK)<sup>9</sup> visava o fortalecimento de seu poder militar e ofensivo na região, considerando que a situação securitária na península coreana “não se tornou menos dinâmica, nem a ameaça militar no Extremo Oriente diminuiu como resultado da Guerra da Coreia (1950-1953)<sup>10</sup> ou mesmo a Guerra Fria”<sup>11</sup> (ROMASHKINA, 2007, p. 12). No decorrer de sua história, a estratégia nuclear norte-coreana é caracterizada por sua ambiguidade e imprevisibilidade, fator potencializado pela escassez de informações confiáveis sobre as intenções de Pyongyang. Faz-se necessário apontar o peso que as armas de destruição em massa (WMD<sup>12</sup>) têm para o seu setor militar (MCEACHERN & MCEACHERN, 2018).

No início da década de 1950, no mesmo ritmo de outras nações do SI, Kim Il-Sung (1948-1994) deu início à busca por armas nucleares – para contrapor a ameaça nuclear estadunidense – logo, buscando auxílio tanto da URSS, quanto da China (CLEMENS, 2010). O alinhamento de Pyongyang com as potências nucleares do bloco comunista ofereceu conexões privilegiadas à concretização do desenvolvimento de um programa nuclear próprio. As parcerias estratégicas firmadas auxiliaram o avanço das pesquisas norte-coreanas relativas às temáticas de armamentos nucleares, a indústria atômica e qualidade do minério de urânio. Contudo, destaca-se as relações profundamente assimétricos no campo militar, econômico e técnico-científico entre os atores, disparidades que, segundo Clemens (2010), contribuíram para o desgaste das propostas de cooperação entre DPRK e URSS durante a década de 1960.

Em 1963, um ano após primeiro teste nuclear chinês<sup>13</sup>, Pyongyang construiu um centro nuclear em Yongbyon que contava com um reator de 5 MW (*megawatt*), que entra em operação no final da

---

<sup>9</sup> Representa 55% da área total da península coreana, possui fronteiras ao norte e noroeste com a China e a Rússia, e ao sul pela Coreia do Sul (FRENCH, 2007).

<sup>10</sup> A guerra em si teve duração de três anos, até a assinatura do acordo de armistício, por conta da especificação de cessar as hostilidades até a concretização de uma solução pacífica criou-se a DMZ (Zona Desmilitarizada da Coreia) próximo ao paralelo 38, isto significa que atualmente, após 67 anos desde a assinatura do armistício, a guerra da Coreia ainda não acabou. Ademais, a fronteira entre as Coreias é a mais militarizada do Sistema Internacional (STACK, 2018; FRENCH, 2007).

<sup>11</sup> Tradução nossa do original: “has not become less dynamic nor did the military threat in the Far East diminish as a result of the Korean War (1950-1953) or the Cold War” (ROMASHKINA, 2007, p. 12).

<sup>12</sup> Do inglês *Weapons of Mass Destruction*.

<sup>13</sup> A China, do mesmo modo que a Coreia do Norte, buscou auxílio com a URSS para uma aliança que contribuísse na criação e fortalecimento de seu programa nacional nuclear. Em 1959 as relações sino-soviéticas foram quebradas e com isso a assistência ao programa nuclear chinês. Como consequência, deu-se continuidade ao Projeto 596 (homenagem a

década de 1960 com uso dual para reprocessar plutônio<sup>14</sup> (ROMASHKINA, 2007). Inicialmente, a construção de tais instalações não levantou grandes preocupações para os outros atores do SI, uma vez que, segundo as declarações oficiais do governo norte-coreano, seu uso estaria restrito à esfera civil, percepção alterada gradativamente.

Em 1985 a Coreia do Norte assinou o TNP (Tratado de Não Proliferação). A tensão na península coreana esteve sempre presente, seja pelas relações intercoreanas, ou por interferência externa. Visando minimizar a instabilidade regional, ambas Coreias assinaram a Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana<sup>15</sup> em 1992, (UN, 1992a). No mesmo período foi assinado também o Acordo de Reconciliação, Não Agressão e Intercâmbio e Cooperação entre o Sul e o Norte, complementar à Declaração ao trazer um novo tópico ao debate, a possível reconciliação entre as partes (UN, 1992b).

As iniciativas para um ambiente menos turbulento tiveram sequência na década de 1990, com a Política *Sunshine*, buscando a transformação gradual do regime norte-coreano em um parceiro na paz e prosperidade, regionalizando a questão da DPRK, previamente vista sob a ótica global (CHO, 2016). Independentemente das iniciativas para minimizar a deterioração das relações intercoreanas – evitando a retomada da guerra entre os dois Estados – a posição norte-coreana era firme quanto à continuação e aprimoramento de suas capacidades nucleares, conforme os ditames da autossuficiência promulgada por sua ideologia, a *Juche*. Tais características fazem da DPRK um grande desafio para a comunidade internacional, situação agravada com a saída de Pyongyang do TNP, em 2003 (SAUER, 2006).

### 3.1.2 As crises nucleares e as capacidades norte-coreanas

O impacto da saída norte-coreana do TNP no *status quo* da época explicitou a inviabilidade da política *Sunshine*. Ademais, outro grande problema estava na ameaça que as forças militares convencionais, as WMD e os mísseis balísticos trariam aos países da região e aos EUA (CHA & KANG, 2003). Tendo como objetivo compreender as mudanças táticas no comportamento norte-

---

data de independência, junho de 1959), e em outubro de 1964 foi conduzido com sucesso o teste da primeira bomba atômica chinesa ("dispositivo com implosão de urânio com 22 quilotons de força no topo de uma torre de aço de 100 metros"), tornando-se assim o quinto país a possuir armas nucleares (ATOMIC HERITAGE FOUNDATION, 2018).

<sup>14</sup> Este reator ficou conhecido como o responsável pela maior parte do plutônio para as armas norte-coreanas (BBC, 2019).

<sup>15</sup> Tinha por objetivo que ambas as partes: i) cessassem os testes, a produção, a manufatura, a posse, o recebimento, armazenamento, a implantação e o uso de armas nucleares; ii) a utilização de energia nuclear fosse meramente para propósitos pacíficos; iii) não possuíssem instalações de reprocessamento nuclear e enriquecimento de urânio (UN, 1992a).



coreano, torna-se imperativo analisar as crises nucleares e os métodos utilizados para garantir o não escalonamento do dilema securitário<sup>16</sup>, as crises estão representadas no quadro abaixo:

QUADRO 01 – HISTÓRICO DAS CRISES NUCLEARES

Ano	Características	Implicações ao SI
1994	Intenção de se retirar do TNP; remoção das peças do reator sem a supervisão dos inspetores da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica);	A retirada dos inspetores da AIEA tornava difícil reconstruir o histórico do reator; criação do <i>Agreed Framework</i> (congelamento das atividades nos reatores de gás-grafite [DPRK] e construção de dois reatores de energia de água leve + garantia contra a ameaça ou uso de armas nucleares [EUA]);
2003	Início da construção da instalação para enriquecimento de urânio; suspender o congelamento das instalações nucleares; expulsar os inspetores da AIEA; anunciar a retirada do TNP;	Revisão da Política norte-coreana feita pelos estadunidenses que visava uma melhor implementação do que fora acordado no <i>Agreed Framework</i> ; criação do <i>Six-Party Talks</i> (Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, China, Rússia e EUA), que almejava a resolução pacífica sobre o programa nuclear da DPRK;
2006/2009	<b>Primeiro teste nuclear</b> ; envio da declaração comprovando o desmantelamento das instalações seis meses após o prazo; expulsão dos inspetores da AIEA e dos EUA, dando início a reconstrução do reator em Yongbyon; <b>segundo teste nuclear</b> ; decide não participar mais dos encontros do <i>Six-Party Talks</i> e seguir os acordos estabelecidos;	Sanções econômicas aplicadas pelo CSNU (resolução 1718, resolução 1874); outubro de 2008 a Coreia do Norte sai da lista estadunidense de terrorismo;
2012	Lançamento do foguete <i>Unha</i> em abril e outro em dezembro;	O lançamento foi considerado violação do acordo bilateral entre EUA/DPRK e o auxílio alimentício fora retirado; sanções expressas na resolução 2087 do CSNU;
2016	<b>Quarto e quinto teste nuclear</b> ; teste de um dispositivo termonuclear; reiniciou o reprocessamento de barras de combustível usadas no intuito de criar mais plutônio para seu programa de armas nucleares;	Sanções impostas à DPRK através das resoluções 2270 e 2321;
2017	<b>Sexto teste nuclear</b> ; teste do ICBM Hwasong-14 e do Hwasong-15;	Relação entre EUA e DPRK deteriora devido às provocações entre Trump e Kim;

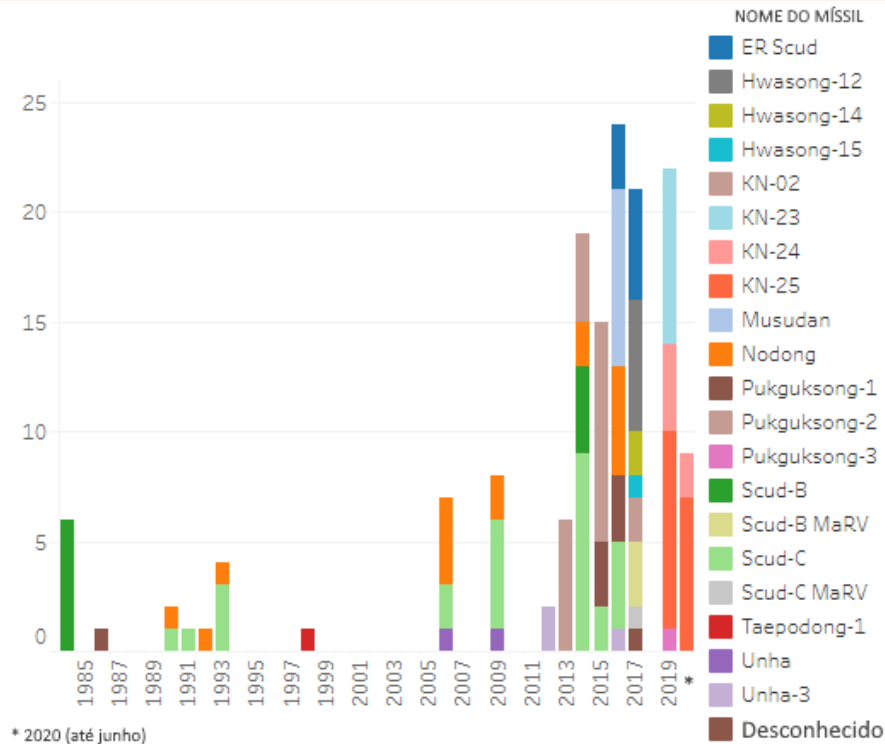
FONTE:UN, 2006; UN, 2009; CBS, 2017; NTI, 2018 (adaptado pelos autores).

A crescente preocupação sobre uma possível proliferação de armas nucleares, levando em conta os tratados e acordos firmados entre os países que detinham poder nuclear, não fora o suficiente para diminuir as ambições nucleares de Pyongyang. Até o momento em que este artigo foi redigido foram realizados 149 testes/lançamentos de mísseis, representados no gráfico 1 (NTI, 2020). Em um pronunciamento de 2017, Kim Jong-un afirma que o grande avanço de seu programa nuclear

<sup>16</sup> O Dilema de Segurança é um conceito criado por John Herz (1950), no qual a em uma estrutura internacional de natureza anárquica, onde os Estados são os únicos responsáveis pela garantia de sua própria segurança, sobrevivência e manutenção de sua soberania, a tendência aponta para um aumento cada vez maior por poder e capacidades militares a serem empregados em sua defesa. Contudo, nessa busca crescente, acabam por despertar a insegurança nos Estados de seu entorno, gerando nestes o ímpeto à busca por mais poderio bélico, sob a escusa da autodefesa, transformando o Sistema Internacional em um ambiente mais propenso à entropia e à eclosão de conflitos (HERZ 1950).

“[...]consolida a capacidade de defesa da Coreia Juche, e nosso país [alcança] o status de potência nuclear, um gigante militar no Oriente que nenhum inimigo, por mais formidável que [seja], ousaria provocar” (NCNK, 2017).

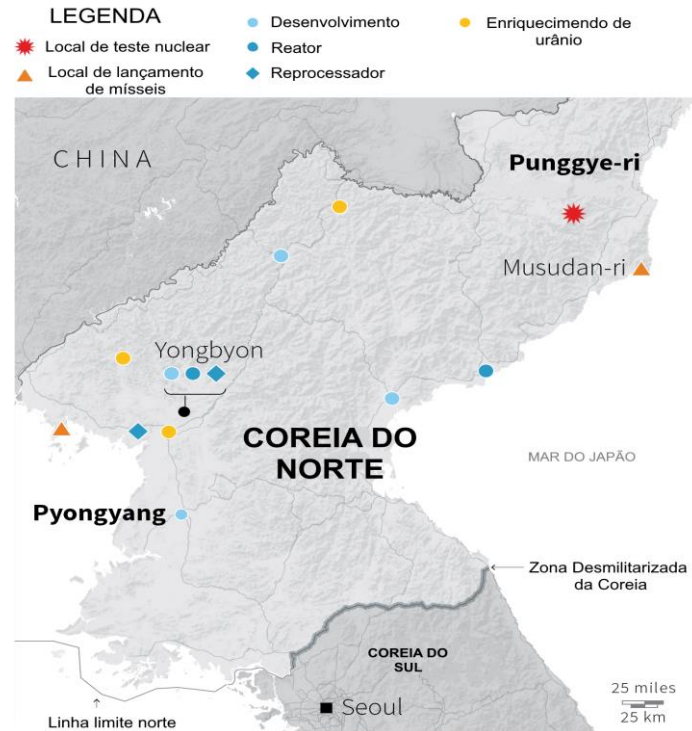
GRÁFICO 01 – HISTÓRICO DE LANÇAMENTOS DE MÍSSEIS NORTE-COREANOS



FONTE: NTI, 2020 (adaptado pelos autores).

O estudo da literatura especializada sobre o entendimento da família Kim sobre as armas nucleares enfatizam seu papel como garantidores da sobrevivência de seu Estado, agindo como um equalizador estratégico frente às forças da ROK e dos EUA (LOWTHER & DODGE, 2017). As instalações nucleares da DPRK encontram-se espalhadas por todo território nacional, acredita-se que as principais estejam situadas em Yongbyon. Em Punggye-ri estavam presente seis instalações subterrâneas de testes nucleares, que foram destruídas entre os anos de 2006 e 2017. Suspeita-se que existam outras instalações que ainda ocultadas (NIKKEI ASIAN REVIEW, 2019). A figura abaixo ilustra a disposição e as diferentes utilizações das instalações norte-coreanas.

FIGURA 01 – INSTALAÇÕES NUCLEARES DA COREIA DO NORTE



FONTE: Reuters, 2014 (adaptado pelos autores).

À vista disso, e da breve exposição histórica das ambições norte-coreanas pela obtenção de armas nucleares, torna-se mais clara a compreensão que sua postura ao longo das últimas décadas fora fortemente influenciada pelo crescente foco geopolítico dos EUA na Ásia, e que as políticas internacionais de Washington objetivam mitigar a ameaça nuclear de Pyongyang e outras ameaças da região, como o crescimento de Pequim (AKHTAR & KHAN, 2014). A postura nuclear da Coreia do Norte trouxe três consequências ao Regime de Não-Proliferação: i) as respostas regionais têm sido cada vez mais deletérias; ii) impacto devastador no TNP, e iii) aumento da proliferação de materiais nucleares entre outras nações que buscam fortalecer ou mesmo criar seu próprio programa nuclear.

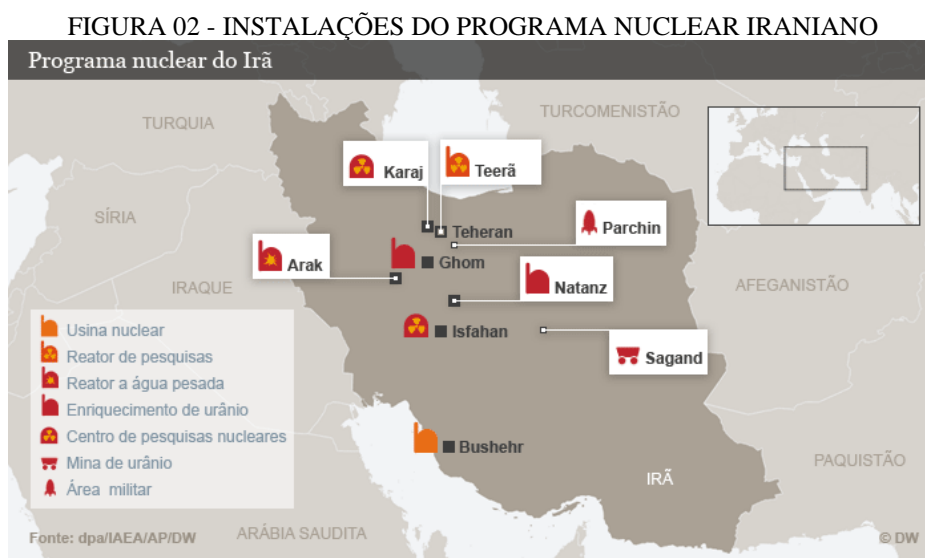
## 3.2 O IRÃ NUCLEAR E AS ALTERAÇÕES NA ORDEM REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO

### 3.2.1 O Programa Nuclear Iraniano

Iniciado em meados da década de 1950, o programa nuclear da República Islâmica do Irã tem enfrentado várias nuances em seu desenvolvimento. O programa nuclear iraniano, que nasceu de uma parceria do governo iraniano do Xá Mohammed Reza Pahlavi com o governo estadunidense de

Dwight Eisenhower, no âmbito do programa Átomos pela Paz<sup>17</sup>, hoje é visto como um dos principais focos de contenção na agenda internacional dos EUA, colocando o Irã como um de seus principais inimigos no Oriente Médio (PETERSON, 2011; GAIETTA, 2015; MORGADE, 2020).

Desde a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979 – que depôs o Xá pró-Occidente Reza Pahlavi, levando ao poder o Aiatolá Ruhollah Khomeini – as relações EUA-Irã passaram a se estremecer, principalmente com o destaque iraniano como um dos países do Oriente Médio com maior desenvolvimento em termos de produção de energia nuclear – com uma expansão que atinge hoje a capacidade total de geração de 79 GWe (*Gigawatts Elétricos*) –, disputando posição no *ranking* regional com os programas nucleares de Israel e Arábia Saudita – que se apresentam como as maiores potências regionais e maiores aliados dos EUA no Oriente Médio (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2019; Id. 2020a). O Irã se destaca em âmbito regional também pelo número de reatores, instalações de enriquecimento de urânio, e demais estruturas de pesquisa e desenvolvimento nuclear, conforme mostra a imagem abaixo.



FONTE: DW, 2015.

Com o crescimento das atividades e o aumento do percentual de enriquecimento de urânio para fins civis para 4,5%, e de 19,75% para o Reator de Pesquisa de Teerã – ultrapassando em muito os 3,67% permitidos pelo TNP, do qual o Irã é signatário desde 1970 –, o governo iraniano passou a desafiar os acordos internacionais que versam sobre o desenvolvimento nuclear, ameaçando chegar a 20%. Contudo, mesmo com tal aumento nos percentuais de enriquecimento, o Irã enfatiza que o

<sup>17</sup> Programa apresentado à Assembleia Geral da ONU, pelo governo estadunidense de Dwight D. Eisenhower, em dezembro de 1953. Tinha como objetivo dar suporte em escala global para a disseminação de tecnologias para o desenvolvimento nuclear para uso civil (GAIETTA, 2015).

desenvolvimento de seu programa nuclear é para uso civil, estando de acordo com as diretrizes previstas no TNP (TNP, 1970; ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2020).

Apesar disso, o Irã segue sofrendo retaliações por parte das potências nucleares ocidentais, que têm lançado sanções e embargos econômicos que objetivam dissuadir seu desenvolvimento atômico, pela alegação de que suas pretensões teriam caráter bélico, tendo por base a recusa do governo iraniano em permitir as inspeções da AIEA em suas instalações de enriquecimento, testes e pesquisas nucleares (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2020b). Isso parte da demonstração iraniana de sua avançada capacidade no campo do enriquecimento de urânio, onde se mostrou capaz de atingir os 90% necessários à produção de plutônio, matéria-prima da bomba atômica, fazendo com que se levantem as suspeitas sobre as finalidades do desenvolvimento de seu programa (BBC, 2010).

As hostilidades, em termos de sanções e embargos econômicos e energéticos, vêm não somente por parte dos EUA, mas também por parte dos países na UE que vêem a nuclearização do Irã como uma crescente ameaça aos seus interesses estratégicos no Oriente Médio (WALTZ, 2012). Além disso, há um forte envolvimento também do governo israelense (maior aliado regional dos EUA), que vem frequentemente se manifestando diante da ONU, em favor das pressões pela dissuasão nuclear iraniana (PINTO, 2017). Assim abriu-se margens para o estremecimento das relações Irã-Israel, assim como, das relações com o Ocidente (traduzido nos EUA, na UE e na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), que levaram às principais crises enfrentadas pelo país durante toda sua história de nuclearização.

### 3.2.2. As crises nucleares Iranianas

Os principais fatores que levaram o Irã a uma série de crises nucleares estão intrinsecamente ligados ao confronto político direto com os EUA. Ademais, o descontentamento da comunidade internacional com os descumprimentos do TNP e das Resoluções do CSNU, levaram à aplicação de sanções econômicas que levantaram um clima de disputa ainda mais acirrado. Em particular, destacam-se os esforços dos Estados Unidos, que buscam explicitamente impedir a realização do programa nuclear iraniano, como declarado pelo presidente Donald Trump “o Irã nunca terá uma arma nuclear” (TRUMP, 2020 tradução nossa).

Tal enfrentamento entre Washington e Teerã é um cenário recente. A *primeira crise nuclear* enfrentada pelo Irã se delineou a partir da Revolução Islâmica, que depôs o líder iraniano Reza Pahlavi, que compactuava com os ideais ocidentais, estremecendo as relações com os EUA e com o Ocidente. O aumento do número das instalações nucleares iranianas (importante elemento para o

fortalecimento do aparato militar), fez com que o escalonamento das tensões fosse tamanho, que os projetos nucleares de Teerã chegaram a ser temporariamente suspensos, por conta das pressões estadunidenses. Na década de 1980, se observa o ápice desta primeira crise, quando os EUA decidem incluir o Irã em sua lista de Estados financiadores do terrorismo, transformando a crise nuclear em uma escusa para a imposição de inúmeras sanções, que se alastraram também ao longo dos anos 90 (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2020).

Posteriormente, em meados de 2002, emerge a *segunda crise nuclear iraniana*, que teve como estopim a “política de opacidade”<sup>18</sup> empregada pelo Irã, mantendo segredo acerca da construção dos centros nucleares de Natanz (empregada no enriquecimento de urânio) e de Arak (voltada para a extração de plutônio). Tal conduta foi vista como uma violação dos acordos de salvaguarda com a AIEA, que previam a obrigatoriedade da declaração formal acerca de toda e qualquer atividade nuclear iniciada por todo e qualquer Estado (LIMA & FREITAS, 2016).

Em 2003, por pressão Ocidental, a AIEA decide pela adoção de uma resolução que requeria a suspensão das atividades de enriquecimento e reprocessamento de Urânio, além do reforço da obrigatoriedade de declaração dos materiais utilizados no programa, e o aceite de suas inspeções periódicas. A resolução fora aceita pelo Irã, contudo, não houve o cumprimento de suas disposições, fazendo com que em 2004 as tensões voltassem a se inflamar, principalmente após as decisões de Teerã em estabelecer um acordo com Moscou para a finalização da construção do reator de Bushehr (a partir do qual forneceria combustível nuclear para a Rússia) e de iniciar a produção de hexafluoreto de urânio nas instalações de Isfahan. Tais ações resultaram no rompimento de relações com o Irã por parte da França, Alemanha e Reino Unido e um encaminhamento da nação islâmica para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 2006.

Uma *terceira fase nas crises nucleares* do Irã tem início em 2006, com o acirramento das tensões no âmbito das Nações Unidas, a partir da disputa dentro do CSNU – conduzida pelo grupo intitulado *P5+1*<sup>19</sup> – que interpela pela suspensão de todas as atividades iranianas de enriquecimento de urânio, implicando em penalidades no caso de não cumprimento. Desde então, o Irã tem desafiado o CSNU, não somente com a recusa ao cumprimento das disposições, mas também com o aumento de seu percentual de enriquecimento, levando a intensificação das sanções (PINTO, 2017). Continuando com o comportamento dissidente do previsto pelo CSNU, em 2009 o Irã anunciou o

---

<sup>18</sup> As chamadas “políticas de opacidade” ocorrem quando os Estados adotam uma postura pragmática quanto a um determinado tema, não negando nem afirmando nenhuma informação (LIMA & FREITAS, 2016).

<sup>19</sup> O grupo P5+1 é formado pelos 5 membros permanentes do CSNU (China, França, Estados Unidos, Rússia e Reino Unido) + Alemanha, que se configuram como as grandes potências nucleares reconhecidas no Sistema Internacional orientado pelo regime de não-proliferação.

lançamento de seu primeiro satélite, levantando suspeitas sobre seu potencial nuclear e sobre a construção, novamente sigilosa, de uma nova instalação nas proximidades da cidade de Ghom, que foi confirmada e levou a novas negociações entre o P5+1 que pressionava o Irã para a venda de todo o urânio que vinha enriquecendo, a fim de que esgotasse suas reservas, visando a dissuasão de suas capacidades de produzir armamentos – proposta recusada por Teerã, que passou a enriquecer urânio a 20% em 2010 e triplicou sua taxa de produção em 2011 na usina de Fordow (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2020).

Tal decisão implicou no aumento das sanções tanto por parte do CSNU, quanto por parte da UE, expandindo-as para “um pacote abrangente e robusto de medidas nas áreas de comércio, serviços financeiros, energia e transporte, além de designações adicionais para a proibição de vistos e congelamento de ativos” (Ibid. p. 07, tradução nossa) que se estendeu pelos anos de 2011/2012, quando Washington, já sob a égide de Barack Obama, implementou mais sanções após a recusa de Teerã às vistorias da AIEA na base militar de Parchin (DW, 2015).

O fim da terceira crise, a mais duradoura, é observado a partir de 2014, quando – com intensificação da atuação do grupo terrorista Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS<sup>20</sup>) – as relações entre o Irã e o Ocidente voltaram a se amenizar, por conta dos objetivos compartilhados no que se refere à contenção das atividades terroristas em solo iraquiano, que prejudicavam ambas as agendas de atuação regional. A manutenção destas relações é, em certa medida, priorizada por Teerã, que decide pelo cumprimento das requisições do CSNU quanto à redução dos percentuais de enriquecimento de urânio, levando os Estados-membros à cederem à renúncia das sanções impostas previamente. Tal feito abriu margem para diálogo e para negociações que se tornaram mais fortes em 2015, culminando no Acordo Nuclear entre o Irã e o P5+1 (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2020).

A *quarta crise nuclear iraniana* pode ser delimitada a partir de 2017 até os dias atuais. Seu início se dá com a ascensão de Donald Trump à liderança dos Estados Unidos, que passa a demonstrar preocupação com os novos mísseis balísticos que estavam sendo testados por Teerã, pressionando a AIEA por inspeções mais minuciosas (ainda que os relatórios demonstrassem que o Irã estava cumprindo as disposições do Acordo, com níveis de enriquecimento de urânio bem abaixo do previsto). Além disso, o governo Trump decide pela não certificação da Lei de Revisão do Acordo Nuclear do Irã, abrindo margem para que as sanções uma vez suspensas, recaíssem novamente sobre o Estado iraniano.

---

<sup>20</sup> Do inglês *Islamic State of Iraq and Syria*.

As tensões se agravam ainda mais quando Trump decide por sancionar também o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica por conta do suposto apoio ao terrorismo, por conta da violação de uma das Resoluções do Acordo (a Resolução 2231 que se referia a um embargo de armas), na qual o Irã é acusado de ter transferido armas aos rebeldes *houthis* do Iêmen que atacaram a Arábia Saudita (aliada dos EUA). Esta violação resulta no retorno de sanções por parte dos EUA, pressionando pelo cumprimento de todas as cláusulas do Acordo. As tensões atingiram seu ápice em 2018, com a decisão dos EUA de “aplicar pressão financeira sem precedentes ao regime iraniano” (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2020, p. 28, tradução nossa), mesmo com as afirmações da AIEA de que o Irã estava cumprindo os dispositivos do Acordo. Neste mesmo ano, as tensões se agravam com a repentina saída dos EUA do Acordo Nuclear, e seguem escalonando com a volta do Irã às atividades de enriquecimento “sem limitações”, conforme discurso do presidente Hassan Rouhani, que em 2019 decretou a retirada parcial iraniana do Acordo (CNN, 2020, p. 05-06).

Desde então, o Irã expandiu significativamente sua produção de urânio enriquecido, ultrapassando os limites impostos pelo Acordo, e começa a se organizar diplomaticamente para pressionar o Ocidente a uma reformulação do Acordo para respaldar o aumento de sua produção, que passou a fazer uso contínuo de todas as suas instalações que haviam sido desativadas. Diante do acirramento das relações com o Ocidente, principalmente após o assassinato do líder da Guarda Revolucionária, Qasem Soleimani em janeiro de 2020 – cuja autoria foi reivindicada pelos EUA – o governo iraniano anuncia que não mais limitará suas atividades nucleares às restrições do Acordo, a menos que as sanções sejam removidas, e seguem enriquecendo urânio em limites muito acima do permitido, tornando a resolução da crise um cenário ainda distante (CNN, 2020).

## **4. COMPARAÇÃO ENTRE IRÃ E COREIA DO NORTE: IMPLICAÇÕES A ESTABILIDADE ESTRATÉGICA**

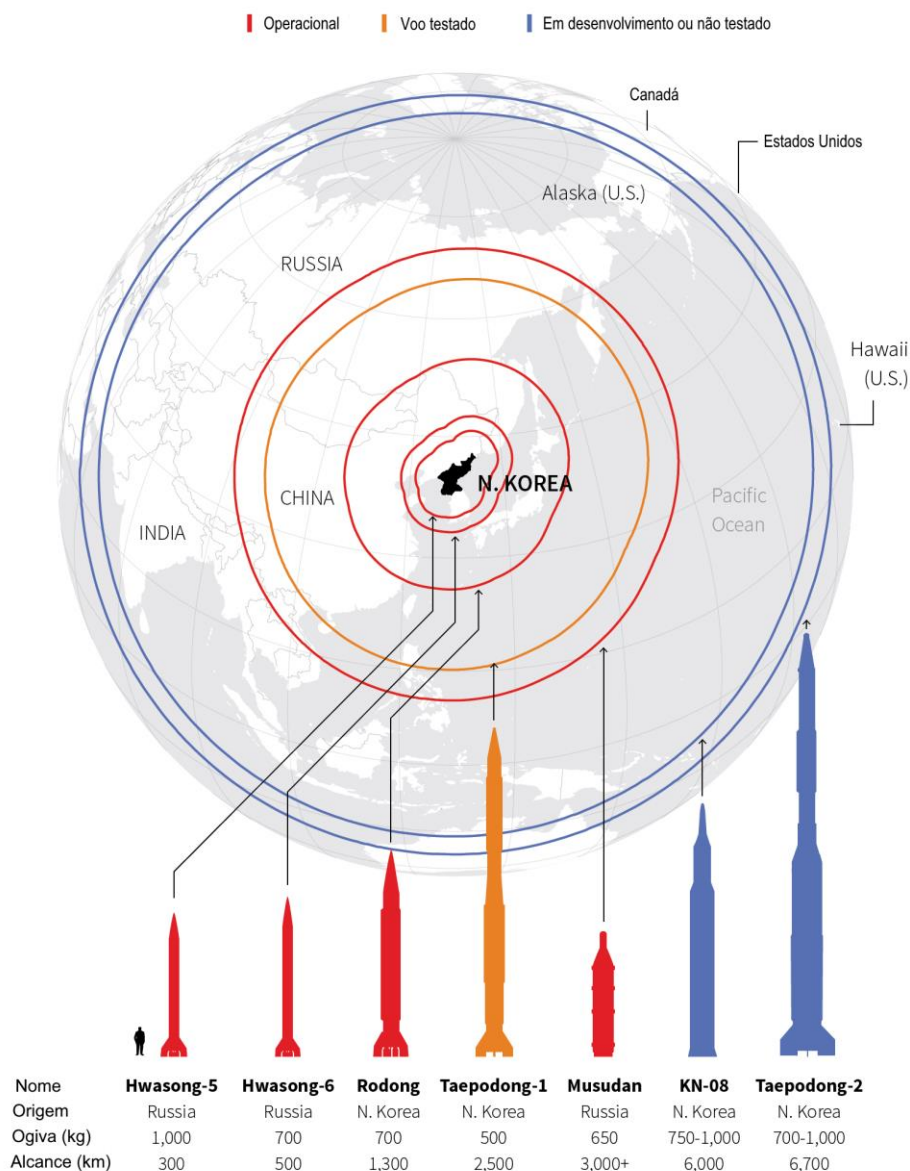
### **4.1. A COREIA DO NORTE NUCLEAR: IMPLICAÇÕES REGIONAIS E GLOBAIS**

O entendimento de estabilidade estratégica surgiu durante a Guerra Fria como uma maneira de compreender os fatores que tornariam o uso de armas nucleares mais ou menos provável. A transição da primeira para a segunda era nuclear, como ressalta Koblentz (2014), introduziu ao Sistema Internacional três fatores marcantes: i) novas potências nucleares; ii) novas fontes de incerteza; e, iii) nova geometria de dissuasão.



Com o propósito de compreender os impactos da obtenção de armas nucleares por parte da Coreia do Norte sobre a proliferação, se fez necessário levantar questões históricas que auxiliassem na explicação acerca das motivações que levaram Pyongyang adquirir armas nucleares (HUGHES, 2007). A situação na Ásia – caracterizada pelo dilema de segurança – pode ser identificada na questão da Coreia do Norte a partir de seus investimentos e desenvolvimentos nucleares, tendo em vista o fortalecimento de sua segurança, e a redução de sua vulnerabilidade frente ao poderio nuclear estadunidense, que eleva a insegurança regional. Conforme previamente retratado, a modernização das capacidades norte-coreanas, faz com que o alcance das armas nucleares transborde cada vez mais os limites regionais, vide figura abaixo.

FIGURA 03 – ALCANCE DOS MÍSSEIS NORTE-COREANOS



FONTE: Reuters, 2014 (adaptado pelos autores).

O plano estratégico adotado pelos três governos Kim refletia na atuação estadunidense na Ásia, passando de uma conotação mais defensiva em relação às garantias de segurança, ao papel de equalizador securitário entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Ao longo de seu texto, Hughes (2007) enfatiza que a proliferação nuclear é impulsionada por uma combinação de fatores, que giram em torno de capacidades tecnológicas, política econômica doméstica, prestígio e identidade, e segurança nacional. Aliás, esse conjunto de fatores abre margem para uma indagação em relação a proliferação: se a Coreia do Norte prosperou através desse caminho, seria possível que mais Estados do Leste Asiático adotassem o mesmo percurso nuclear?

Ao analisar as ações dos países asiáticos nas últimas décadas, é pouco provável que surja outra potência nuclear na região, como ressalta MCEACHERN & MCEACHERN (2017, p. 168), “o risco da Coreia do Sul e do Japão de se tornarem Estados nucleares é baixa”<sup>21</sup>, por mais que a lógica estratégica para que isso ocorra tenha ganhado certo palco na última década, especialmente no Japão. Uma maneira de Pyongyang se certificar disso tem sido pressionar Seoul a se distanciar de Washington, contrariando a superioridade convencional sul coreana e conseqüentemente a estadunidense (LOWTHER & DODGE, 2017). Em meados da década de 1970 a Coreia do Sul demonstrou interesse em se tornar uma potência nuclear<sup>22</sup>, contudo, decorrente de pressões de Washington, Seoul optou por não dar continuidade, quadro enfatizado nos governos estadunidenses de Nixon, Ford, Carter, Reagan, e Bush através de sanções dos anos 1960 até meados dos anos 1990 (HUGHES, 2007; SILER, 1998).

Outro ator regional de extrema importância nessa discussão é o Japão, visto que suas intenções de se tornar uma potência nuclear surgiram por volta da primeira crise nuclear norte-coreana. Ao contrário da Coreia do Norte, o uso do programa nuclear japonês se restringe apenas para uso pacífico, o Estado do Japão conta com mais de 50 reatores (até 2011 apenas seis estavam em uso) distribuídos em seu território, contando com um dos mais avançados programas comerciais de energia nuclear do mundo (ALDRICH, 2012). No entanto, a frequência das atividades sísmicas e suas implicações às estruturas de alguns reatores japoneses levou a uma crescente objeção ao programa nuclear no país. Atualmente a relação entre a Coreia do Norte e o Japão não é formalmente estabelecida, agravando-se cada vez mais devido a contínua atividade missilística norte-coreana, exemplificada no episódio de 2017 onde um míssil de classe Hwasong-12 atravessou o mar do Japão (DW, 2017).

---

<sup>21</sup> Tradução nossa do original: “The risk of South Korea or Japan going nuclear in the near term is low.” (MCEACHERN & MCEACHERN, p. 168, 2017).

<sup>22</sup> Os incentivos para que a Coreia do Sul se tornasse um Estado nuclear estariam voltados para três pontos: i) as tendências regionais de proliferação; ii) a segurança nacional; e, iii) obtenção de tecnologias avançadas (SILER, 1998).

Como apontado por Cho (2016), mais do que uma mera ameaça nuclear, a Coreia do Norte representa uma maneira dos países do Leste Asiático superarem a dependência estadunidense e expandirem sua influência no quadro regional. Essa prioridade de longo prazo pode servir os interesses da China de adquirir hegemonia regional, uma vez que tem buscado isso desde o final da década de 1980. Nesse sentido, Pequim utilizou de sua participação no *Six-Party Talks* para demonstrar sua importância no que tange às relações internacionais, uma vez que tanto a questão da península coreana, mas também a questão nuclear da Coreia do Norte é vista como um dos problemas principais do Leste Asiático (SHULONG & XINZHU, 2008). Historicamente, a busca chinesa pela estabilidade regional é dificultada pelas provocações norte-coreanas próximas às suas fronteiras, mas estas não representam um empecilho na visão de cooperação potencial entre ambos, haja vista que, ao realizar uma abordagem que encoraje a maior abertura de Pyongyang, as tensões irão diminuir relativamente (CHO, 2016).

Há anos os Estados Unidos buscam negociar com a Coreia do Norte, a fim de acabar com seu desenvolvimento nuclear e missilístico. O período pós-Guerra Fria é caracterizado por diversas crises nucleares, encontros bilaterais e multilaterais almejando tratar sobre a questão norte-coreana, um dos desafios centrais ao regime global de não proliferação nuclear. Pelo alto nível de organização estratégica do governo norte-coreano, o governo estadunidense não consegue determinar com exatidão tática os passos a serem adotados pelo mesmo, causando falhas à estratégia de Washington que buscar estar à frente das ameaças apresentadas pela DPRK.

Levando em conta o discurso realizado por Kim Jong-un no início de 2020, “se não houvesse a questão nuclear, os Estados Unidos encontrariam falhas [com a Coreia do Norte] em outra questão, e as ameaças políticas e militares não terminariam”<sup>23</sup> (JONG-UN, 2019, apud KCNA, 2020). Por mais que ao longo do tempo Pyongyang tenha sido enquadrado ao “Eixo do Mal”<sup>24</sup> e “alvo de ataque nuclear preventivo”, o ator nuclear que mais desestabiliza a região asiática é, de fato, os Estados Unidos; ressaltando a postura norte-coreana enquanto uma potência nuclear responsável ao “não usar uma arma nuclear, a menos que sua soberania seja invadida por forças hostis agressivas com armas

---

<sup>23</sup> Tradução nossa do original: “If there were not the nuclear issue, the U.S. would find fault with us under other issues, and the U.S. military and political threats would not end” (KCNA, 2020).

<sup>24</sup> Em 2002 o Presidente estadunidense George W. Bush utilizou a expressão “Eixo do Mal” direcionado aos países que eram considerados inimigos ou hostis aos Estados Unidos, acusando-os de terrorismo. Presentes nesta lista encontrava-se o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque.

nucleares, como já havia declarado, e cumprirá fielmente sua obrigação de não proliferação e lutará pelo desnuclearização global”<sup>25</sup> (NCNK, 2016).

#### 4.2. O IRÃ NUCLEAR: RELAÇÕES REGIONAIS E EXTRARREGIONAIS

De acordo com o pensamento levantado por Waltz (2012), a busca do Irã pelo desenvolvimento bélico nuclear poderia modificar toda a estrutura securitária do Oriente Médio. Isso acontece devido ao fato de que, dada sua importância enquanto potência nuclear regional, nenhuma decisão adotada por seu governo passaria despercebida ou sem impactos para seus vizinhos e para a estrutura securitária da região.

Isso ocorre porque o *status* de potência nuclear vem acompanhado não somente pela capacidade de produzir energia atômica, mas sim, da capacidade de empregá-la na produção de tecnologias de uso civil, e principalmente militar, dando à Teerã uma enorme capacidade de defesa e até mesmo de ataque em um possível escalonamento de conflito com Israel, seu principal oponente dentro de seu entorno regional. Apoiado por potências como China e Rússia, o desenvolvimento nuclear iraniano permite a construção de excelentes estruturas de defesa que contam com sistemas de mísseis *S-300* soviéticos, além de aviões caças e bombardeiros *Backfire Tu-22M3*, armados com mísseis nucleares (PINTO, 2017).

O número de instalações nucleares do Irã choca a comunidade internacional pelo fato de o Estado iraniano já se configurar como uma das maiores potências militares da região, empregando uma abordagem híbrida das práticas de guerra, mesclando elementos convencionais (baseados na dissuasão e na capacidade de retaliação) e não-convencionais (baseados na atuação de operações de guerra não-convencionais, como a Força *Quds*<sup>26</sup>, em parceria com atores não-estatais), em confrontação com as forças de Arábia Saudita e Israel (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2019). De todos os elementos que compõem a força militar iraniana, a confiança em um extenso programa de mísseis balísticos, é o que mais preocupa o Ocidente com relação ao desenvolvimento de um sólido programa nuclear, pois:

---

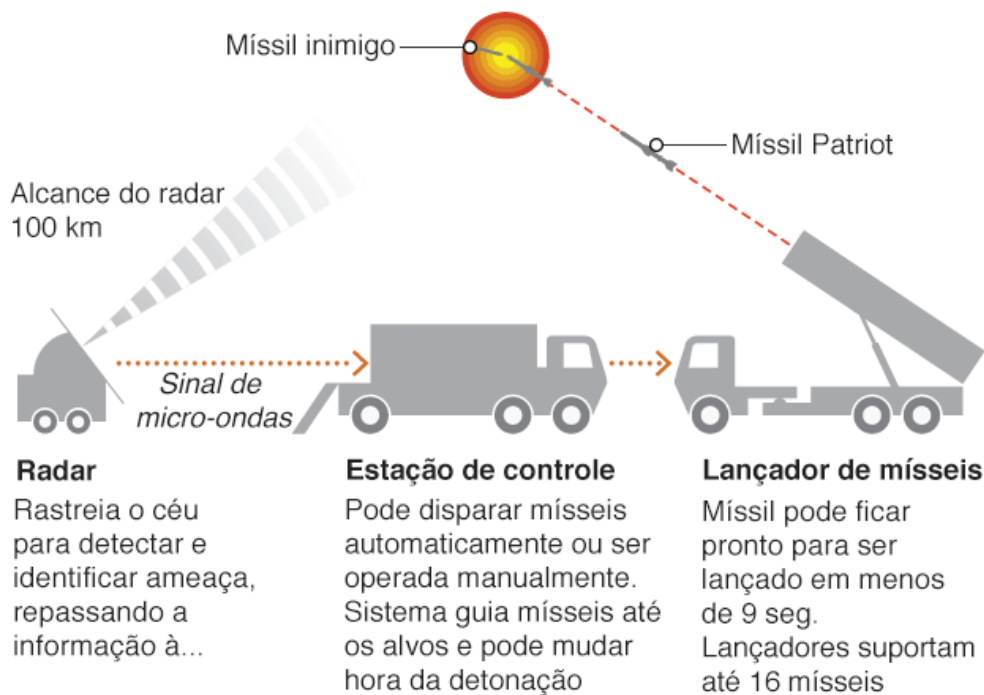
<sup>25</sup> Tradução nossa do original: “will not use a nuclear weapon unless its sovereignty is encroached upon by any aggressive hostile forces with nukes, as it had already declared, and it will faithfully fulfill its obligation for non-proliferation and strive for the global denuclearization” (NCNK, 2016).

<sup>26</sup> Operação não-convencional, liderada pelo General Qasem Soleimani, com o objetivo de dismantlar as células do ISIS operantes no Irã e no Iraque. Contou com a união de grupos paramilitares como os militantes do Hezbollah, os rebeldes Houthis do Iêmen, além de alguns grupos de xiitas do Iraque e do Bahrein, a Jihad Islâmica palestina e militantes do Talibã (Ibid. § 11).

Os mísseis balísticos do Irã constituem um componente primário de seu impedimento estratégico. Na falta de uma força aérea moderna, o Irã adotou mísseis balísticos como uma capacidade de ataque de longo alcance para dissuadir seus adversários de atacarem o Irã. *O Irã também possui a maior força de mísseis do Oriente Médio*, com inventário substancial de mísseis balísticos de curto alcance, mísseis balísticos de curto alcance e mísseis balísticos de médio alcance que podem atingir alvos em toda a região a até 2.000 quilômetros de distância (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2019, § 09, grifo nosso).

Em decorrência do largo poder militar iraniano, em termos de mísseis de curto, médio e longo alcance, os EUA passaram a investir em uma presença cada vez maior no Oriente Médio, a fim de implementar sistemas Patriot<sup>27</sup> de defesa aérea antimíssil buscando frear possíveis ataques do Irã a Israel, Arábia Saudita e seus demais aliados do Golfo. Conforme ilustrado na figura abaixo, o sistema de defesa funciona com uma série de elementos interconectados, que necessitam de uma proximidade entre si, e portanto precisam da presença física no solo de seus usuários:

FIGURA 04 – FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PATRIOT DE DEFESA AÉREA E ANTIMÍSSIL



FONTE: Raytheon Company, via BBC News Brasil (2020).

<sup>27</sup> O MIM-104 Patriot é o sistema de defesa antiaérea criado pela coalizão das empresas Raytheon, Hughes e RCA dos Estados Unidos. Estão em operação atualmente em países como EUA, Alemanha, Japão, Emirados Árabes Unidos, Taiwan, Holanda, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Espanha, Grécia, Israel, Bahrein, Egito, Jordânia, Kuwait e Qatar.

Nota-se um aumento exponencial não somente da militarização no Complexo Regional de Segurança (CRS)<sup>28</sup> do Oriente Médio, mas também da presença física do Ocidente (traduzido principalmente nos EUA), gerando maior interferência externa nos processos de tomada de decisão regionais. Assim, vemos eclodir um cenário que agrava cada vez mais as instabilidades já existentes, ao mesmo tempo em que cria novos elementos de tensão entre os Estados. Isso ocorre tanto pelo maior contingente de armamentos bélicos orquestrados dentro de um território, como também pela multiplicação de atores extrarregionais inseridos nesta dinâmica regional, complexificando a resolução dos conflitos e a redução das instabilidades.

Conforme supracitado, Waltz (2012) aponta que a crise nuclear iraniana poderia ter três desfechos diferentes. No *primeiro cenário* trazido à tona pelo autor, a diplomacia das potências ocidentais orquestraria inúmeros esforços, no que tange à implementação de embargos e sanções e resoluções via CSNU, tendo como intuito pressionar o Irã pela dissuasão completa de suas atividades nucleares. Contudo, tal cenário é visto como improvável, uma vez que tais estratégias apresentam um histórico pouco efetivo no âmbito internacional.

As punições poderiam, não somente falhar na função prevista – de forçar o Irã ao abandono de seu programa nuclear –, como causar o efeito contrário, levando ao abandono do próprio TNP – como o fez a Coreia do Norte diante das pressões ocidentais por sua desnuclearização. Ademais, no rol de preocupações dos Estados, há uma assimetria que coloca as questões securitárias à frente das relações diplomáticas e sanções econômicas, desta forma, se o governo iraniano decidir que sua segurança, defesa e sobrevivência dependem do desenvolvimento nuclear, não serão as sanções da comunidade internacional as responsáveis por dissuadi-lo (WALTZ, 2012).

O *segundo cenário* apresentado por Waltz, em uma conjuntura de maior cooperação por parte do Irã, é o de que não haveria tanto afinco na produção de armas com vistas a um ataque nuclear, mas haveria maior empenho na construção de um exímio programa de defesa nuclear, com alto nível tecnológico e capacidade de produção atômica, mas sem de fato construir uma bomba (estratégia que estaria em conformidade com as disposições do TNP, e poderia galgar certa margem de manobra com os países ocidentais, que é o que o Irã vinha fazendo antes do escalonamento de tensões em 2017). O autor mostra que essa estratégia poderia pacificar as relações com o Ocidente, sem implicar na extinção do programa nuclear iraniano. Contudo, isso ainda perturbaria a ordem regional, gerando o

---

<sup>28</sup> O conceito de Complexo Regional de Segurança, surge a partir da definição de Barry Buzan e Ole Waever, em sua obra *“Regions and Powers: the structure of International Security”*, publicado no ano de 2003. Se refere a territórios geograficamente próximos, que se interligam através de ameaças comuns às suas estruturas securitárias, ameaças essas que só podem ser dissolvidas por meio de soluções orquestradas de forma conjunta.

aumento dos programas militares de defesa e ataque, decorrente do dilema de segurança, ressaltando uma das particularidades do CRS do Oriente Médio: seu alto índice de militarização, tanto pelo desenvolvimento bélico de seus próprios atores estatais e não-estatais, como também pelas coalizões militares orquestradas juntamente às potências internacionais e aos blocos regionais.

Desta forma, em um cenário onde se agravassem as disputas entre os agentes regionais, desafiando a integridade das alianças formadas com o Ocidente, poderia haver o escalonamento de um conflito armado, de grandes proporções, dados os contingentes de tropas e aparatos militares disponíveis por cada coalizão, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2 - CENÁRIOS PARA INVASÃO DO IRÃ (CAPACIDADES MILITARES DAS ALIANÇAS E COALIZÕES)

	TANQUES (MIL)	CAÇAS	BOMBARDEIROS	APTOS AO SERVIÇO MILITAR (MIL)	SUBS	SUB NUC.	PORTA AVIÕES
<b>ÁSIA</b> (IRÃ, CHINA, RUSSIA, TURQUIA E EGITO)	35	2.661	3.594	775.886	182	17	2
<b>OCIDENTE</b> (EUA, ISRAEL, A. SAUD., FRANÇA, UK, ALEMANHA E ITALIA)	16	3.451	4.079	236.955	112	22	26
<b>EUA E ISRAEL</b>	13	2.551	3.028	123.025	81	14	19

FONTE: PINTO (2017)

O *terceiro cenário* elaborado por Kenneth Waltz aponta para a continuidade das atividades nucleares crescentes do Irã, até o ponto do desenvolvimento e teste público de sua primeira arma de natureza nuclear. Este é o cenário considerado como “inaceitável” pelo Ocidente que considera um Irã nuclearizado como uma “ameaça existencial”. A linguagem empregada pelo P5+1 para se referir ao Irã e a outras potências nucleares em ascensão, como a Coreia do Norte, é vista por Waltz como

típica no tratamento com quaisquer países fora do Clube Nuclear, que pressiona os demais países a reduzirem seus avanços nucleares, mas seguem desenvolvendo dos seus próprios programas. O autor reconhece ainda que o desenvolvimento de armas nucleares reduz a grande assimetria no poderio militar existente entre centro, semiperiferias e periferias, culminando muito mais na garantia da segurança e da estabilidade, do que na eclosão de conflitos.

Waltz afirma ainda que o fator que perpetua a instabilidade no CRS do Oriente Médio é muito mais o monopólio regional sobre o armamento nuclear que Israel detém, do que as aspirações iranianas na aquisição de um arsenal limitado. Com isso, sugere que a instabilidade regional não será recuperada a menos que a assimetria de poder e capacidades militares criada por Israel – que concentra seus esforços para ser a única potência nuclear regional – seja contrabalançada pelo Irã através da aquisição deste tipo de armamento, recorrendo o conhecido ambiente da destruição mútua assegurada, no qual nenhum Estado arrisca ataques por conhecer o poder de retaliação de seu rival.

Assim, ao trazer a comparação com o Estado norte-coreano, é possível observar que, ao longo da história, a emergência de capacidades nucleares vem acompanhada do aumento da estabilidade regional. Destarte, considera-se que, muito mais do que uma potência nuclear em ascensão, o Irã se configura também como ator no papel de estabilização do CRS do Oriente Médio, ao passo que se coloca como contraparte às políticas hostis de Israel, e à influência extrarregional, que tornam este eixo geográfico ainda mais instável e de difícil resolução.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo traçar diferenças e semelhanças no desenvolvimento dos programas atômicos de duas potências nucleares de segunda geração que encontram-se situadas em uma intersecção de interesses das grandes potências presentes tanto no Leste Asiático, quanto no Oriente Médio e que acabam desencadeando uma série de dilemas securitários regionais.

Partindo-se da premissa de que o caráter dissuasório existente nos armamentos nucleares configura-se como uma presença estabilizante em cenários de disparidades militares regionais, buscou-se explorar como tal variável interveniente poderia afetar as políticas regionais do Oriente Médio, com base no desenvolvimento apresentado pelo Estado norte-coreano. De forma preliminar, a presente pesquisa confirma sua hipótese e seus autores ecoam a defesa de Waltz (2012): “o poder implora para ser equilibrado” (WALTZ, 2012, p. 3, tradução nossa), portanto, sim, o Irã deveria adquirir a bomba nuclear.



Como apresentado anteriormente, a Teoria da Dissuasão não configura-se apenas como um marco teórico-conceitual, consistindo também numa diretriz de política externa, e um elemento constitutivo do entendimento sobre a defesa do SI moderno. Os autores reconhecem que a defesa da aquisição de um armamento, com a potencialidade destrutiva singular de uma arma nuclear, por parte um país como o Irã não pode levianamente apresentada. É necessária a apresentação de dados empíricos que corroborem com o argumento de qual aquisição seria benéfica tanto para o Estado iraniano, quanto para toda a estrutura regional.

Acreditamos que o êxito norte-coreano seja exemplar do potencial emancipatório do armamento atômico, respaldada em sua demonstrada capacidade de desafiar e afetar as intenções imperialistas até mesmo da maior potência militar do mundo. Como brevemente exposto, a assimetria característica da segunda era nuclear que conspira a favor dos EUA cria novos riscos à estabilidade estratégica ao tornar outros Estados no Sistema Internacional menos dispostos a reduzir sua dependência de seu arsenal nuclear nacional, como é o caso da DPRK e do Irã.

Portanto, não realizamos casualmente nossa arguição, mas pautamos-la cautelosamente em um suporte teórico apropriado e trazemos um exemplo histórico semelhante a situação iraniana. Contudo, reconhece-se tanto o caráter exploratório da presente pesquisa, bem como o fato de que a densidade e a complexidade do tema tornam impossível a plena confirmação da hipótese levantada por meio do presente artigo. Abre-se margem para agendas de pesquisas futuras que complementem e corroborem com a hipótese apresentada neste artigo de que a melhor saída para a estabilidade regional no Oriente Médio seja a aquisição de armamento nuclear.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKHTAR, Shaheen; KHAN, Zulfiqar. Understanding the Nuclear Aspirations and Behaviour of North Korea and Iran. **Strategic Analysis**, vol. 38, n. 5, p. 617-633, 2014.

ALDRICH, Daniel. Post-Crisis Japanese Nuclear Policy: From Top-Down Directives to Bottom-Up Activism. **East-West Center**, n. 103, p. 12, 2012.

ARMS CONTROL ASSOCIATION. **Timeline of Nuclear Diplomacy with Iran (2020)**. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/factsheets/Timeline-of-Nuclear-Diplomacy-With-Iran>>. Acesso em 26 jun. 2020.

ATOMIC HERITAGE FOUNDATION. **Chinese Nuclear Program (2018)**. Disponível em: <<https://www.atomicheritage.org/history/chinese-nuclear-program>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BBC. **Entenda a polêmica envolvendo o programa nuclear do Irã (2010)**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091121\\_ira\\_qanda\\_nuclear\\_np](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091121_ira_qanda_nuclear_np)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BBC. Yongbyon: **The heart of North Korea's nuclear programme (2019)**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-47397699>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BBC News Brasil. **Qual o tamanho do poder militar do Irã? (2020)**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50988198>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: The structure of international security**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 2003. 598 p.

CBS. **A timeline of North Korea's nuclear tests (2017)**. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/north-koreas-nuclear-tests-timeline/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CHA, Victor; KANG, David. **Nuclear North Korea: a debate on engagement strategies**. New York: Columbia University Press, 2003.

CHO, Il Hyun. **Global Rogues and Regional Orders: The Multidimensional Challenge of North Korea and Iran**. New York: Oxford University Press, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. HOUSER, Beatrice (ed.). 1st. ed. [S. l.: s. n.], 2007. 315 p. ISBN 0-19-280716-1.

CLEMENS, Walter. North Korea's Quest for Nuclear Weapons: New Historical Evidence. **Journal of East Asian Studies**, vol. 10, n. 1, p. 127-154, 2010.

CNN. **Iran's nuclear capabilities fast facts (2020)**. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2013/11/07/world/meast/irans-nuclear-capabilities-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DW = Deutsche Welle. **Cronologia da crise do programa nuclear iraniano (2015)**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-crise-do-programa-nuclear-iraniano/a-18293677>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DW. **Por que o Japão não interceptou o míssil norte-coreano? (2017)**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/por-que-o-jap%C3%A3o-n%C3%A3o-interceptou-o-m%C3%ADssil-norte-coreano/a-40301861>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRENCH, Paul. **North Korea: The Paranoid Peninsula - A Modern History**. London: Zed Books, 2007.

GAIETTA, Michelle. **The trajectory of Iran's Nuclear Program**. New York: Palgrave MacMillan, 2015.

HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma, In: **World Politics**, vol.2, n.2, 1950, pp.157–180.

HUGHES, Christopher. North Korea's Nuclear Weapons: Implications for the Nuclear Ambitions of Japan, South Korea, and Taiwan. **Asia Policy**, n. 3, p. 75-104, 2007.

HUNTLEY, Wade. Rebels without a cause: North Korea, Iran and the NPT. **International Affairs**, vol. 82, n. 4, p. 723-742, 2006.

JARVIS, Robert. Deterrence, Rogue States, and the U.S. Policy. *In*: PAUL, V.T.; MORGAN, Patrick M.; WIRTZ, James J. (org.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. [S. l.]: University of Chicago Press, 2009. cap. 6, p. 133-157. ISBN 978-0-226-65003-6.

KCNA. **Report on 5th Plenary Meeting of 7th C.C., WPK (2020)**. Disponível em: <<https://kcnawatch.org/newstream/1577829999-473709661/report-on-5th-plenary-meeting-of-7th-c-c-wpk/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

KHAN, Saira. **Iran and Nuclear Weapons: Protracted Conflict and Proliferation**. New York: Routledge, 2010.

KNOPE, Jeffrey W. Three Items in One: Deterrence as Concept, Research Program, and Political Issue. *In*: PAUL, V.T.; MORGAN, Patrick M.; WIRTZ, James J. (org.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. [S. l.]: University of Chicago Press, 2009. cap. 2, p. 31-57. ISBN 978-0-226-65003-6.

KOBLENTZ, Gregory D. Strategic Stability in the Second Nuclear Age. *Council Special Report*, [S.L], n. 71, nov. 2014.

KREPON, Michael. The Stability-Instability Paradox, Misperception, and Escalation Control in South Asia. **The Henry L. Stimson Center**, [s. l.], p. 1-24, May 2003. Disponível em: <https://theasiadialogue.com/wp-content/uploads/2017/10/stability-instability-paradox-south-asia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; FREITAS, Mateus Oliveira de. Programa Nuclear do Irã e panorama internacional. *In*: **Revista Jurídica**, v. 3, n. 44, Curitiba/PR, 2016, pp. 355-380.

LOWTHER, Adam; DODGE, Michaela. The Threat Environment Demands Nuclear Weapons Modernization. **Air & Space Power Journal**, vol. 31, no. 3, p. 4+, 2017.

MCEACHERN, Patrick; MCEACHERN, Jaclyn. **North Korea, Iran, and the Challenge to International Order: A Comparative Perspective**. New York: Routledge, 2018.

MORGAGE, Alba. EUA X Irã: o que originou a rivalidade de décadas entre os dois países. *In*: BBC News Brasil, [online], jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50983943>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

NCNK. **Documents from the 7th Workers' Party Congress (2016)**. Disponível em: <[https://www.ncnk.org/sites/default/files/content/resources/publications/KJU\\_Speeches\\_7th\\_Congress.pdf](https://www.ncnk.org/sites/default/files/content/resources/publications/KJU_Speeches_7th_Congress.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2020.

NCNK. **Kim Jong Un's 2017 New Year's Address (2017)**. Disponível em: <[https://www.ncnk.org/sites/default/files/KJU\\_2017\\_New\\_Years\\_Address.pdf](https://www.ncnk.org/sites/default/files/KJU_2017_New_Years_Address.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2020.

NIKKEI ASIAN REVIEW. **A satellite view of North Korea's nuclear sites (2019)**. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/static/vdata/north-korea-nuclear/newsgraphics/north-korea-nuclear/index.html>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

NTI = Nuclear Threat Initiative. **The CNS North Korea Missile Test Database (2020)**. Disponível em: <<https://www.nti.org/analysis/articles/cns-north-korea-missile-test-database/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

NTI. **North Korea Nuclear (2018)**. Disponível em: <<https://www.nti.org/learn/countries/north-korea/nuclear/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PAUL, V.T. Complex Deterrence: An Introduction. In: PAUL, V.T.; MORGAN, Patrick M.; WIRTZ, James J. (org.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. [S. l.]: University of Chicago Press, 2009. cap. 1, p. 1-27. ISBN 978-0-226-65003-6.

PAYNE, Keith B. The Fallacies of Cold War Deterrence and a New Direction. **Comparative Strategy**, [s. l.], v. 22, ed. 5, p. 411-428, 2003. DOI 10.1080/01495930390261431. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01495930390261431>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PETERSON, Scott. Imminent iran Nuclear Threat? A timeline of warnings since 1979. In: **Christian Science Monitor**, [online], nov./2011. Disponível em: <<https://www.csmonitor.com/World/Middle-East/2011/1108/Imminent-Iran-nuclear-threat-A-timeline-of-warnings-since-1979/Earliest-warnings-1979-84>>. Acesso em: 25 jun.2020.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. A crise nuclear no Irã e os riscos de uma solução militar. In: **Brasil Debate**, [online], fev. 2017. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-crise-nuclear-no-ira-em-tempos-de-trump/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

REUTERS. **Nuclear North Korea (2014)**. Disponível em: <<http://fingfx.thomsonreuters.com/gfx/rngs/1/466/597/index.html#section-reuters-section-1>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ROMASHKINA, Natalia. North Korea and Iran's Nuclear Programs as Instability Factors in the New System of International Relations. **George C. Marshall European Center for Security Studies**, n. 13, 49 p., nov. 2007, ISSN 1863-6039.

SAUER, Tom. The Nuclear Nonproliferation Regime in Crisis. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, vol. 18, n. 3, p. 333-340, 2006.

SILER, Michael. U.S. Nuclear Nonproliferation Policy in the Northeast Asian Region During the Cold War: the South Korea Case. **East Asian Studies**, vol. 16, p. 41-86, 1998.

STACK, Liam. **Korean War, a 'Forgotten' Conflict That Shaped the Modern World**. NYTIMES, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/01/world/asia/korean-war-history.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TNP = Tratado de Não-Proliferação Nuclear (Non-Proliferation Treaty) (1970). In: **U.S. Delegation to the 2010 Nuclear Nonproliferation Treaty Review Conference (2010)**. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/141503.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2020.

TRUMP, Donald J. **"Iran will never have a nuclear weapon!"**. 06 jan. 2020, 11:48 am. Tweet. Disponível em: <<https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1214197038063243266?s=20>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

UN = United Nations. **Joint Declaration of the Denuclearization of the Korean Peninsula (1992a)**. Disponível em: <[https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KR%20KP\\_920120\\_JointDeclarationDenuclearizationKoreanPeninsula.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KR%20KP_920120_JointDeclarationDenuclearizationKoreanPeninsula.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UN. **Agreement on Reconciliation, Non-aggression and Exchanges and Cooperation between the South and the North (1992b)**. Disponível em: <[https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KR%20KP\\_911213\\_Agreement%20on%20reconciliation%20non%20aggression%20and%20exchangespdf.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KR%20KP_911213_Agreement%20on%20reconciliation%20non%20aggression%20and%20exchangespdf.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UN. **Resolution 1718 (2006)**. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/NKorea%20SRES%201718.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

UN. **Resolution 1874 (2009)**. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1874>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Iran Military Power Report Statement (2019)**. Disponível em: <<https://www.defense.gov/Newsroom/Releases/Release/Article/2021009/iran-military-power-report-statement/>>. Acesso em 25 jun. 2020.

WALTZ, Kenneth. Nuclear Myths and Political Realities. **The American Political Science Review**, [s. l.], v. 84, ed. 3, p. 731-745, 1990. DOI 10.2307/1962764. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1962764?seq=1>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

WALTZ, Kenneth. **Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability**. Foreign Affairs, 2012. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2012-06-15/why-iran-should-get-bomb>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Emerging Nuclear Energy Countries (2020a)**. Disponível em: <<https://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/others/emerging-nuclear-energy-countries.aspx>>. 24 jun. 2020.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in Iran (2020b)**. Disponível em: <<https://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-g-n/iran.aspx>>. Acesso em 24 jun. 2020.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in Saudi Arabia (2019)**. Disponível em: <<https://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-o-s/saudi-arabia.aspx>>. Acesso em 24 jun. 2020.